"TERRITÓRIOS" E "FRONTEIRAS" NA FRONTEIRA: ESPAÇOS, FATOS E RELATOS A PARTIR DE UMA AULA DE CAMPO

Igor Ronyel Paredes Gomes[1]

RESUMO: O presente ensaio objetiva tecer algumas notas sobre território e fronteira, duas categorias caras à ciência geográfica. Para atingir esse intento, nos valemos de observações feitas na fronteira do território sul-mato-grossense do Brasil com o Paraguai, mais especificamente, a porção que corresponde ao sul de Mato Grosso do Sul com o centro-norte do Paraguai, durante uma aula de campo, da Disciplina "Fronteira, Território e Migrações" do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), realizada em Agosto de 2013. Os "espaços" e fatos observados, assim como os diálogos estabelecidos com os agentes sociais que compõem e dão vida a essa porção do espaço geográfico, são aqui descritos-explicados de forma a somar/contribuir para reflexões em torno das relações socioespaciais fronteiriças.

PALAVRAS-CHAVE: território; fronteira; relações socioespaciais.

RESUMEN: Este ensayo tiene como objetivo hacer algunas notas acerca de territorio y fronteras, dos categorías caras a la ciencia geográfica. Para lograr este propósito, hacemos uso de las observaciones realizadas en la frontera de la región de Mato Grosso do Sul de Brasil con Paraguay, más específicamente, la parte que corresponde al sur de Mato Grosso do Sul, al norte-central de Paraguay, durante una lección campo de la Disciplina "Frontera, Territorio y Migración" del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), que tuvo lugar en agosto de 2013. Los "espacios" y hechos observados, así como el diálogo establecido con agentes sociales que conforman y dan vida a esta parte del espacio geográfico, se describen en el presente documento, se explica con el fin de añadir / contribuir a la reflexión sobre las relaciones fronterizas socio-espaciales.

PALABRAS CLAVE: territorio; fronteriza; relaciones socio-espaciales.

1 Notas iniciais

Nos valendo do apreendido nessa parcela do espaço geográfico (fronteira), o presente ensaio é permeado por elementos (observados), que nos permitem aproximar e trabalhar duas categorias caras à ciência geográfica (território e fronteira), numa diversidade de aplicações (longe de esgotá-las), tão diversas quanto "simultaneidades de estórias-até-então" (MASSEY, 2013), ou em outras palavras, tão diversas quanto o espaço geográfico. Mais que tirar

[1] Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2012). Tem conhecimento na área de Geografia Urbana, com ênfase em Produção do Espaço Urbano e Rede Urbana. Atualmente, aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do grupo de estudos ReCiMe, onde se aborda temáticas pertinentes à produção do espaço urbano, com foco nas Cidades Médias.

conclusões a respeito do que vimos, ouvimos e sentimos, nos voltamos a uma descrição – o que lembra a etimologia da palavra geografia, *descrever a terra* – de espaços/territórios com suas gentes e relações/dinâmicas, apreendidas numa viagem de campo à fronteira sul-matogrossense do Brasil com Paraguai, mais especificamente: Ponta Porã (BR)/Pedro Juan Caballero (PY), Aral Moreira (BR)/Cerro Vinte Um (PY), Coronel Sapucaia (BR)/Capitan Bado (PY).

Limitar-se só a descrição parece supérfluo, mas sob a luz do pensamento de Santos (2006), descrever ganha outra relevância, quando argumenta sobre uma "boa descrição" ressalta que "Descrição e explicação são inseparáveis". Nesse sentido, para uma boa descrição, é indispensável uma boa explicação. Destarte, viajaremos pelo território do texto a seguir, tentando encaixar "boas explicações" a nossas observações e descrições.

Como nosso objetivo é descrever-explicar, a forma adotada de produção textual – talvez não a mais adequada – foi a de um relato. Deste modo, descreveremos o roteiro da viagem de campo, seguindo a linearidade da ordem dos fatos vistos: primeiramente as cidades Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), depois a cidade de Aral Moreira (BR) e a área rural do Cerro Vinte e Um (PY), e por último as cidades de Coronel Sapucaia (BR) e Capitan Bado (PY) – visitadas nos dias 07, 08 e 09 de Agosto de 2013, respectivamente.

2 Em Ponta Porã/Pedro Juan Caballero

As cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam uma conurbação, "separada" apenas por uma avenida, tida como típico exemplo de fronteira seca. De um lado se está no Brasil na condição de brasileiros, com alguns passos já estamos no Paraguai na condição de estrangeiros. E neste ato simples/banal que é o caminhar, a paisagem se desdobra a nossa frente, revelando uma multiplicidade de formas, na qual na fronteira de Ponta Porã/Pedro Juan, não é difícil de notar, principalmente na margem próxima da "grande linha", uma concentração de atividades econômicas como lojas, lanchonetes, camelôs, vendedores ambulantes, entre outros.

Atendo-nos ainda à observação da paisagem, notamos a vida que dá movimento e sentido a este espaço material presente (em aproximação a Santos, 2006), e que extrapolam o nível das relações econômicas, descortinando outras direções/dimensões de análises, onde notamos relações familiares, políticas e culturais que se revelavam a cada passo e olhar mais atento.

Em território paraguaio, um grupo pouco homogêneo (nós), reunimo-nos na condição de alunos de pós-graduação, agregando também uma nova significação, se apresentando/denunciando pelos nossos gestos/falas como estrangeiros (em aproximação a Goettert, 2013). Sequiosos para apreender diferentes aspectos da vida na fronteira, caminhávamos para "dentro" de Pedro Juan Caballero, afastando-nos, mesmo que infimamente, da linha internacional, observávamos "outra" Pedro Juan, qual os turistas de compras pouco ou nada conhecem, apenas a dois quarteirões da divisa.

No trajeto que íamos tecendo, no ato de pisar o chão (ou os chãos) deste "outro" território, chegamos a um local bastante interessante: uma praça, onde imbricavam-se diferentes sujeitos, com diferentes interesses, mas um "antagonista comum" – o Poder Público, na figura do Governo do Departamento de Amambay[2], que tem sua sede em Pedro Juan. A praça, como um lugar de lazer, de ócio, de encontros, enfim um espaço público, ao qual a fronteira da propriedade privada ainda não se impôs, revelou-se como um local apropriado (não no sentido de posse, mas por seu uso [público], e por sua localização a frente da *Gobernación del Departamento de Amambay*) para se pleitear os direitos da classe de professores paraguaios, por melhorias no sistema de ensino. Territorializaram[3] este espaço, por meio da presença, (re)significando seu uso, mesmo que temporariamente, em um "palco" de reivindicações.

É interessante notar que uma mesma porção do espaço (uma praça) pode "conter" múltiplos territórios, pois múltiplas são as projeções de poder no espaço (SOUZA, 2013). Além do grupo de professores, na praça havia indígenas da etnia Paĩ-Tavyterã – mais conhecidos como Guarani-Kaiowá – condicionados à desterritorialização (HAESBAERT, 2010), pela expansão dos latifúndios em território paraguaio, muitos destes, de proprietários brasileiros, avançando a fronteira agrícola brasileira para além das fronteiras nacionais. Mesmo que estejamos exagerando com tal afirmação, é marcante este processo, que impôs a propriedade privada como fronteira, a territórios produzidos há centenas de anos, antes da presença ocidental neste continente.

Outro ponto, digno de nota, são as rasuras que impomos, por meio da criação de Estados-Nações[4], traçando fronteiras a territórios já estabelecidos, imaginando que os indígenas

[2] Porção territorial político-administrativa ao qual a cidade de Pedro Juan Caballero pertence.

[3] Utilizamos esse conceito, no sentido posto por Haesbaert (2010): "Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais [...], poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e 'apropriação' ao mesmo tempo." (p. 97).

[4] Haesbaert, dialogando com as ideias de Deleuze e Guattari, argumenta que estes autores apontam a constituição/estabelecimento do Estado como representando o primeiro grande movimento de desterritorialização. O autor afirma: "O Estado inicialmente se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas,

se comprimiriam/encaixariam nestas delimitações, os quais frequentemente percebemos nosso engano no ato de pensar "os indígenas paraguaios" e os "indígenas brasileiros" – confundindo a mesma etnia, os Guarani-Kaiowá – como diferentes. As negociações que esta etnia trava na fronteira indicam que seus territórios extrapolam os limites de um Estado-Nação:

> Os Guarani-Kaiowá, por sua vez, desenvolvem suas estratégias de luta por *tekoha* e direitos humanos pela construção de territorialidades (trans)fronteiriças de resistência, num jogo que alia a combinação de múltiplas escalas entre territórios dos dois lados do limite político-administrativo. (MONDARDO, 2013, p. 6)

Característico, nas relações que os Guarani-Kaiowá exercem na fronteira, é este trânsito de um território a outro, visando resistir ao processo desterritorializante de imposição dos latifúndios agropecuaristas, o que leva a analisar a sua mobilidade como elemento central para entendermos suas relações de resistência. (MONDARDO, 2013)

Voltando aos Guarani-Kaiowá que encontramos na praça, desterritorializados pelo processo descrito acima, tiveram que, consequentemente, reterritorializar outro espaço (em aproximação a Haesbaert, 2010), apropriando-se deste lugar público, a praça, tornando-lhe um território provisório, com condições que se apresentavam precárias, por meio do qual, não só mantinham, ou tentavam manter, escassamente suas relações socioculturais, mas lutavam pelo direito ao *tekoha*[5], posicionando-se à frente da *Gobernación del Departamento de Amambay*, "incomodando" com sua presença, e também "sua voz".

Os Paĩ-Tavyterã estavam em lonas improvisadas, dividindo alimentos provenientes de doações que lhes chegavam, cozinhando em grandes panelas posicionadas no chão, expostos às adversidades naturais (chuva, vento, frio) e morais (policiamento) por parte de um Estado que lembra o brasileiro, pelo descaso com as minorias. Buscavam pronunciar um discurso que não se ouvia, ou que não queriam ouvir, na luta pela sua condição mínima para reprodução de suas relações econômicas, culturais, familiares: a terra. No intuito de busca por outras vozes, para engrandecer as suas, chamaram-nos a atenção, inusitadamente, pronunciando uma língua (Guarani) que nos causava estranhamento, nos desterritorializava[6].

---

destruindo seus agenciamentos, seus territórios, e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas se territorializam) pelo princípio da transcendência, onde o Déspota Divino assume todos os princípios de organização do *socius"* (2010, p. 196).

[5] A noção de tekoha é complexa. Se aproxima do conceito geográfico de território, ou seja, uma porção do espaço, apropriado material e/ou simbolicamente, para a reprodução de determinado grupo ou indivíduo. Voleová (2007) "sintetiza" a noção de tekoha, na dialética entre espaço e o "modo de ser" Guarani-Kaiowá.

[6] Haesbaert (2010), dialogando com as ideias do professor Milton Santos, destaca sua argumentação sobre a dimensão cultural da desterritorialização, que concebe o processo como estranhamento, tendo como um termo análogo, desculturização.

Não foi difícil notar – adentrando apenas dois quarteirões em Pedro Juan e observando a situação dos Paĩ-Tavyterã – que na fronteira "[...] não poucas vezes outras fronteiras se inscrevam como rasuras, com outras margens na margem da grande margem." (GOETTERT, 2013, p. 01). Outro exemplo interessante é o hotel (no lado brasileiro) em que alguns de nós nos hospedamos, que ficava a alguns passos da avenida internacional, mas em que muitos indivíduos (tanto brasileiros quanto paraguaios), pela sua condição de renda, nem concebem em se hospedar. Quantas pessoas já passaram na frente deste estabelecimento, notando-o na paisagem, mas nunca se imaginaram lá dentro? Em um exemplo oposto: quantos dos turistas, que já se hospedaram ali, caminharam para além da avenida internacional, afastando-se da zona comercial, em direção às periferias de Pedro Juan, ou de Ponta Porã?

São outros territórios com outras fronteiras que se desdobram cotidianamente para inúmeros indivíduos. Na busca para perceber/captar outros territórios, fronteiras/margens, partimos para um diálogo com os habitantes da fronteira, numa conversa um tanto quanto informal e intencional. A proposta era falar com um indivíduo do Brasil e outro do Paraguai.

Digno de nota são as significações/intenções que trazemos no momento de uma pesquisa. Por exemplo, imaginamos que as pessoas que responderiam nossas perguntas, dariam afirmações que esperávamos, mas não foi o que se deu. Por mais que tentamos direcionar/encaixar um diálogo para aquilo que queremos ouvir, outros caminhos se formam, e descobrimos que na fronteira, por exemplo, nem todas as relações envolvem o "outro lado".

Conversando com uma moradora de Pedro Juan Caballero, de idade de 30 anos, dona de casa, casada, notamos que suas relações raramente transbordam para Ponta Porã. Durante o diálogo desenvolvido, chamou atenção suas observações/apontamentos sobre seu cotidiano na fronteira, sua forma de responder, os termos que usava, como por exemplo, a definição que deu do Brasil e dos brasileiros como país vizinho, de irmãos/amigos; sobre a dificuldade de viver na fronteira apontou os diferentes tipos de voltagem da tomada, demonstrando um *habitus* (em aproximação a Bourdieu, 1996) prenhe de relações familiares/domésticas, em uma escala local, com sua casa e a vizinhança do bairro onde mora. Contou-nos que morar na fronteira é "tranquilo", definindo Pedro Juan como uma cidade boa, linda, com várias oportunidades de emprego. Nossa entrevistada disse-nos que raramente cruza a fronteira, frequentando lugares (igreja, lazer, serviços, trabalho...) apenas em Pedro Juan, o que nos lembra/atenta para o fato de que "Em espaços de fronteira internacional nem todas as relações são relações de fronteira que envolvem a internacionalização" (GOETTERT, 2013, p. 02).

Aproximando-nos novamente do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1996) tomando-os como diferenciados e diferenciadores, distintos, distinguidos e também operadores de distinções, podemos notar as diferentes concepções e relações que se estabelecem sobre um mesmo espaço (fronteira). Em diálogo com uma habitante de Ponta Porã, percebemos que suas relações e percepções na e da fronteira – apesar de podermos extrair analogias – são outras, se compararmos à primeira entrevistada.

Nossa segunda entrevistada, de 56 anos, era proprietária de uma pequena lanchonete com o nome de "Sabores da Fronteira", o que despertou-nos a curiosidade de um diálogo. Sua definição de fronteira como "um lugar de trabalho, de expectativas" é interessante para partirmos para uma análise econômica da mesma. As condições para o estabelecimento de seu empreendimento estão ligadas às relações interurbanas que Pedro Juan Caballero exerce, não só com Ponta Porã, mas também, com uma porção de cidades do Mato Grosso do Sul e do Paraguai, o que atrai uma massa significativa de turistas de compras, que passam pelas cidades, e consequentemente param para consumir alimentos em estabelecimentos como o dela. Digno de nota é a importância/ênfase que deu ao trabalho[7], o que pôde ser percebido em sua definição dos brasileiros e paraguaios como "trabalhadores", da fronteira como "lugar de trabalho", e dos indígenas como "preguiçosos", que "só querem boa vida". Sobre este último ponto, é notável como taxamos nossos "outros" com estigmas (em aproximação a Goettert, 2012) por não se "adequarem/encaixarem" à lógica vigente de produção capitalista, condicionando-os/significando-os na condição de "anormalidade", em contraposição ao que consideramos "normal". Sobre esta pretensa normalidade, argumenta Goettert:

> Toda normalidade se funda – ou é tributária e tributante – de uma racionalidade correspondente. Para o mundo moderno-contemporâneo, a razão de Estado se produz "junto" à racionalidade do Modo de Produção subjacente, o Capitalismo. [...] A civilização moderno-contemporânea transforma o comportamento humano heterogeneamente para que tudo se torne homogêneo, ou seja, a sujeição e subsunção à lógica da produção e do trabalho (2012, p. 228-229).

Desse modo, tudo/todos que não se adequem à lógica do trabalho são tidos como anormais, preguiçosos. Em outro ponto, o mesmo autor ressalta que

> O mundo da pretensa igualdade, no entanto, fez aparecer clivagens fundadas sobre dois eixos centrais, parte de um mesmo movimento: o da "sociedade do trabalho", na qual a condição de trabalhador é contraposta à da vadiagem e da preguiça; e a

[7] Este ponto nos leva a pensar na análise de Max Weber do Capitalismo: o trabalho como forma de dignificar o homem, sendo que o fruto desse trabalho deveria ser reinvestido objetivando a reprodução do capital. Cf. CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

> construção de uma nova hierarquia fundada sobre o próprio trabalho, especialmente na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. (p. 222)

Trabalho X vadiagem/preguiça são as contraposições que fazemos. Taxamo-nos como trabalhadores, e os indígenas como preguiçosos, porém, para retratá-los como tal, teríamos de apagar uma boa parte da história da região estudada (fronteira Brasil X Paraguai). Os Guarani-Kaiowá – assim como os paraguaios – trabalharam nos ervais da Cia. Matte Larangeira na condição de escravidão, sendo corrente a superexploração de sua mão-de-obra (ALBANEZ, 2003).

Porém, como nos lembra Albuquerque Júnior, estes estereótipos e preconceitos "foram pensados e produzidos em outro momento [...] Nada é assim porque tem que ser ou porque é assim mesmo, mas foi produzido pelos próprios homens, em algum momento, e segundo determinados interesses e em meio a determinadas disputas [...]" (2007, p. 19). Desse modo, as significações que fazemos dos indígenas são provenientes de um discurso e de interesses de classes estabelecidas. Estamos nos referindo à classe de agentes ligados ao agronegócio, que vendem a imagem de um campo produtivo, do progresso, do desenvolvimento, em detrimento ao "atraso" que as demarcações de terras indígenas poderiam "agravar".

Após este circunlóquio por outros "territórios bibliográficos", tornemos a nossa segunda entrevistada. Dentre outros apontamentos sobre a fronteira, ressaltou a falta de infraestrutura, a saúde, o narcotráfico (também apontado pela primeira entrevistada), e o uso de drogas pelos meninos. Algumas das problemáticas levantadas são análogas às cidades fora da faixa de fronteira – se considerarmos o Brasil, por exemplo, verificamos que não faltam problemas na infraestrutura das cidades, como postos de saúde insuficientes e/ou precários. Outras problemáticas, por uma condição de proximidade com a cidade vizinha, como o uso de drogas, podem ser analisadas neste nível local. Como sabemos, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero exercem relações econômicas intensas tanto formais quanto informais[8], e dentro da variada gama de serviços informais, se encontram alguns meninos trabalhando como vendedores ambulantes (carregando pequenos produtos, como pen-drives), guardadores de carros, distribuidores de panfletos. No labor de cada dia, retiram o pouco dinheiro, para ajudar a família, ou destiná-lo ao consumo de produtos, lícitos ou ilícitos.

[8] Oliveira (2005, p. 404) considera Ponta Porã e Pedro Juan Caballero uma "conurbação vibrante, recheada de ações *formais* [se enquadra na legalidade, como os acordos bilaterais, importações e exportações aduaneiras, etc] e complementaridades *funcionais* [se enquadra nas relações locais de comércio, serviços e produção sem acordos jurídicos, sustentada pelo circuito inferior da economia] plurais."

Prenhe de dinâmicas revelou-se a referida conurbação, mostrando-nos outros territórios e fronteiras que se dão/ocorrem na margem da grande margem. Passemos, agora, a relatar/descrever nossas observações em outra localidade, Aral Moreira – outra cidade, outras relações com a fronteira, também com outros territórios e outras fronteiras.

3 Em Aral Moreira/Cerro Vinte e Um

Aral Moreira é um pequeno município localizado na linha de fronteira, contando com pouco mais de 10 mil habitantes[9], tem sua sede próxima à "grande margem", fazendo divisa com uma localidade (área rural) denominada Cerro Vinte e Um, pertencente ao Departamento de Amambay (PY).

A fronteira internacional estava ali, Aral Moreira de um lado, e uma área rural (Cerro Vinte e Um) do outro, restava-nos apreender suas configurações/dinâmicas, uma vez que ficou claro ocorrerem outros tipos de relações de fronteira – em comparação a Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. Na cidade – onde residem pouco mais de 52% da população[10] do município – deparamo-nos com um contraste em relação a Ponta Porã: não se via ali todo aquele dinamismo notado na cidade anterior, fato explicado em boa medida, por Aral Moreira não fazer divisa com outra cidade do lado paraguaio. Notava-se ali um típico exemplo de

> Uma fronteira de costas para a outra. Este caso corresponde àqueles territórios fronteiriços, cujas administrações das cidades, empresas, entidades, etc. não possuem e não vislumbram nenhuma relação de proximidade com o país vizinho. A formalidade está presente na esfera conjuntural e a baixa integração formal significa, no geral, a ausência de infraestrutura rodoviária voltada para atender um processo de circulação de mercadorias e pessoas para a fronteira; enquanto a ausência de relação funcional nulifica o nascimento de atividades comerciais, industriais e serviços de médio porte 'exportador' ou reexportador. (OLIVEIRA, 2005, p. 386)

Esta carência de "relação de proximidade" credita-se ao fato de que apesar de Aral Moreira ter feito parte dos domínios da Cia. Matte Larangeira – apontado por Oliveira (2005) como principal responsável pela aproximação de municípios da fronteira, uma vez que a maior parte dos ervais era explorada em território brasileiro, utilizando-se de mão-de-obra paraguaia – não teve participação efetiva na produção e circulação de erva, tendo o município nascido posteriormente (década de 70), vinculado ao ciclo da soja (OLIVEIRA, 2005).

Apesar da ausência de proximidade com outra cidade do lado paraguaio, Aral Moreira centraliza uma pequena gama de relações, na escala local, com a área rural do outro lado da

[9] Fonte: http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/
[10] 5.361 habitantes segundo o censo de 2010. Fonte: http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/

fronteira. Para apreender/identificar estas relações, partimos para uma primeira aproximação com o outro lado da fronteira.

Um ponto que chamou atenção, que parece fugir da temática, era o relevo da região. Deslocando-nos paralelamente à linha internacional, percebíamos uma paisagem rural com propriedades pecuárias, pequenas propriedades familiares, posto policial, em uma região de planalto, com poucas variações de altitude. Continuando o trajeto, que adentrava cada vez mais na zona rural da fronteira, deparamo-nos com uma mudança repentina na paisagem, com belas formações geomorfológicas processadas a milhões de anos[11]. Era impressionante a variação de altitude, que longe de ser suave, mudava drasticamente, na proporção de dois ou mais quarteirões deslocando-nos pela estrada, estávamos uns 100-130 metros abaixo do cume.

É interessante como utilizamos, às vezes, um fator natural (por se constituírem em elementos mais visíveis de demarcação) para definir os limites entre Estados-Nações (através de acordos diplomáticos, ou mesmo por meio de disputas políticas) – um exemplo é a fronteira Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY) tendo como "divisão/limite" o rio Apa. No trecho de Aral Moreira com o Cerro Vinte e Um, o fator natural utilizado foi o relevo. Cabe pontuar, entretanto, que a referida formação se estende por todos os municípios abordados no presente ensaio, se mostrando mais acentuada em alguns trechos, como o aqui referenciado.

Em território estrangeiro, ao lado do Cerro, conversamos com o senhor Adelino, brasileiro, proprietário de uma fazenda no Paraguai, residente na região desde 1972. Contou-nos que foi um dos primeiros a "ocupar" terras na região, puxando a fila dos que habitaram nas proximidades. Quatro décadas vivendo no Paraguai ao lado da linha internacional, mostrou-nos outra relação fronteiriça, que se desdobrava permeada de vivências locais, com a lida com o campo, donde tirava/tira o sustento com atividades como a pecuária leiteira, e criação de animais em pequena escala, voltados mais para o mercado local, e consumo familiar. Acompanhou a criação e produção espacial da cidade de Aral Moreira, estabelecendo com esta/com os habitantes desta, relações na escala local – mas aqui, como salienta Goettert (2013), o local se transmuta em local-internacional, uma vez que extrapolam os limites do território nacional. Imigrante de Ponta Porã, contou-nos que estabeleceu com esta cidade, laços, tanto com pessoas que conheceu, como pela necessidade de serviços e compras nesta outra parte da fronteira, o que extrapola suas relações da escala local-internacional para a regional-internacional.

Após esta conversa, tornamos para Aral Moreira e reunimo-nos com um representante do Poder Público Municipal, com dois secretários de educação, um professor de geografia e

[11] A informação que obtemos sobre a formação geomorfológica foi de que a mesma compreende parte da Serra de Amambai.

um professor de história da rede pública de ensino, e um motorista de ônibus escolar. Na condição de alunos de pós-graduação territorializamos o espaço de uma sala de uma unidade universitária de ensino à distância, transformando-o em um espaço de diálogos.

Buscávamos, entre outros pontos, apreender as dinâmicas/relações que se davam na singularidade da cidade, sob o prisma da fala dos nossos anfitriões. Contaram-nos que "viver em Aral Moreira é bom", "há várias oportunidades de trabalho", "uma cidade bastante hospitaleira e tranquila", o que nega sua condição/imagem de violenta, onde todos se conhecem e estabelecem relações de amizade.

O representante do Poder Público Municipal argumentou sobre a facilidade de inserção, em território nacional, de drogas, devido às várias estradas (não pavimentadas) que ligam o Paraguai ao Brasil, mas enfatizou que Aral Moreira é só um ponto de passagem, não ocorrendo a circulação/distribuição dos ilícitos no seu interior. Neste ponto, Goettert analisa que "[...] mais que sugerir a ocorrência de uma relação internacional, parece mais adequada a sugestão de relação transnacional." (2013, p.7) Segundo o autor, a condição de ponto de passagem não a situa ao estado de relações hibridas, ligadas aos ilícitos, efetiva.

Em suas falas, pudemos apreender os múltiplos territórios que se projetam no espaço e estabelecem relações com outros territórios (em aproximação a Haesbaert, 2010), no âmago do território nacional, mesmo sem transbordar para o "outro lado" (em aproximação a Goettert, 2013) – o caso dos fazendeiros de Aral Moreira que fazem compras, abastecem parte de suas necessidades na cidade numa relação local, ou mesmo numa escala regional, buscando produtos, implementos para sua produção em Ponta Porã, ou mesmo em Dourados; outro exemplo, são habitantes que fazem compras (parceladas) em Ponta Porã, ou que têm parentes e amigos nesta cidade. Pôde-se verificar também que inúmeras relações transbordam para o "outro lado" – por exemplo, os fazendeiros que vivem no Cerro Vinte e Um, e têm família em Aral Moreira, consomem bens e serviços na cidade; as compras feitas (à vista) pelos habitantes da cidade em Pedro Juan Caballero; também pode ser citada a erva-mate que é produzida em fazendas em Aral Moreira, beneficiada em Ponta Porã, e exportada para a Ásia – relações que extrapolam para outros territórios, em outros continentes.

No decorrer do diálogo, uma pergunta capital, que levou a uma discussão produtiva, foi: "O que você entende por fronteira?". A esta interpelação, surgiram uma série de respostas convergentes: "Delimitação de um espaço para o outro. É simplesmente um marco imaginário"; "Nossa cultura está tão miscigenada com o Paraguai, que não existe mais fronteira de cultura. São só limites territoriais"; "Muitas vezes é só no mapa mesmo. Às vezes, estamos

andando e não nos damos conta que estamos no Paraguai. Não sentimos esta diferença, pois convivemos com vários paraguaios".

Neste sentido, a fronteira, que como margem ou limite, define/diferencia onde estamos daquilo que está na frente (em aproximação a Mondardo, 2013), é um marco imaginário, ponto onde há miscigenações, onde a "mistura" torna "quase que igual" uma cultura a outra, sendo perceptíveis claramente no mapa, mas sendo transposta como quase que inexistente nas percepções de seus habitantes (em aproximação às respostas dos nossos anfitriões). Destarte, muito mais que um limite a separar dois territórios nacionais, a fronteira pode ser entendida como um espaço de encontro e imbricações de culturas (HAESBAERT, 2010).

Neste viés, devemos intuir que na fronteira, ao mesmo tempo em que concebemos uma separação imaginária/inventada/significada para afirmarmos nossa identidade como brasileiros ou paraguaios, pisamos/transitamos/estamos em um lugar de trocas, em relações de promiscuidades, hibridismos e negociações culturais/econômicas/políticas/pessoais. Em outros termos:

> [...] a fronteira propicia um modo de comunicação marcado pelo uso seletivo das tradições, pela invenção, pela debilidade das hierarquias, pela pluralidade de poderes e ordens jurídicas, pela fluidez das relações sociais, pela promiscuidade de estranhos e íntimos [...] as formas de promiscuidade e de mestiçagem são possíveis não por estarem para além das fronteiras, mas por estarem na fronteira. (RIBEIRO, 2005, p. 482)

Esta fronteira imaginária/abstrata – de acordo com as definições que nos deram – ganha outra conotação quando a analisamos sob a perspectiva da questão indígena em Aral Moreira[12]. A fronteira (como limite) fez-se presente no argumento do representante do Poder Público, quando definiu as relações com os "indígenas brasileiros", como tranquila, e com os "indígenas paraguaios" como problemática. Uma fronteira, que foi definida outrora como apenas que imaginária, tomava outra expressão, quando os agentes em questão não eram mais brasileiros e paraguaios, mas sim, índios e não-índios. Os ditos "índios paraguaios" nada diferentes etnicamente dos "índios brasileiros" (nos referimos aqui aos Guarani-Kaiowá) migram para cá, numa tentativa de conseguir delimitadas porções de terras em território brasileiro, diante dos processos demarcatórios, que andam a passos lentos.

[12] Segundo nos informaram, em Aral Moreira há uma aldeia com cerca de 135 famílias, em uma área de aproximadamente 900 ha, onde o Poder Público Municipal implantou o desenvolvimento [segundo fala do representante do Poder Público Municipal], construindo escola, posto de saúde, rede de água. Desenvolvimento, que pode ser lido como um des-envolvimento de suas práticas culturais tradicionais. Como contraponto deste processo, os indígenas priorizam a língua Guarani no processo educativo dentro da aldeia.

Alegar uma diferenciação (índios paraguaios X índios brasileiros) é construir, ou neste caso, ressignificar fronteiras (em aproximação a Ribeiro, 2005). Conceituando: "[...] a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projeta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade" (RIBEIRO, 2005, p. 481). Por meio desta diferença/diferenciação significamos o mundo ao nosso redor, e criamos novas fronteiras, entre o "nós" e os "outros", o "dentro" e o "fora", o "verdadeiro" e o "falso", estabelecidos e *outsiders*[13], brasileiros e paraguaios, índios e não-índios.

Sobre este ponto, uma argumentação interessante nos foi dada pelo Intendente de Capitan Bado/PY (última cidade visitada), quando referia-se à migração dos Guarani-Kaiowá para o Brasil, nos relatou que os indígenas disseram: "A fronteira existe para vocês brancos, para nós índios, não existe fronteira". Os indígenas desconhecem estas significações que criamos, seus territórios (*tekoha*) precedem os recortes desterritorializadores dos Estados-Nações (em aproximação a Haesbaert, 2010).

Após o término dos diálogos, partimos em busca de outros territórios. Seguindo a mesma proposta aplicada em Ponta Porã/Pedro Juan, conversamos com dois habitantes da fronteira. Nosso primeiro entrevistado, morador de Aral Moreira, idade de 20 anos, com profissão de microempresário, nos contou sobre a tranquilidade da cidade, definindo-a como um "lugar bom para se viver" – em convergência à opinião de nossos primeiros interlocutores. Apontou que existem poucas diferenças entre brasileiros e paraguaios, elencando a cultura como semelhante. A principal diferença entre os dois países, para ele, está na política e na forma de policiamento.

Sobre as relações cotidianas na fronteira, relatou-nos: que morar neste espaço é bom; que tem familiares do outro lado; que cruza a fronteira para visitá-los, numa escala a nível local-internacional. Também, em uma escala regional-internacional tece relações com Pedro Juan Caballero, indo para aquele lado da fronteira, para fazer compras. Sua definição da fronteira como um "espaço normal" – no sentido de não diferir de outros lugares – pode ser comparada a fala de nossos interlocutores precedentes, assim como a do nosso segundo entrevistado, que caracterizou a fronteira como um "espaço aberto".

Nosso segundo entrevistado, brasileiro, 16 anos de idade, estudante, morador da região do Cerro Vinte e Um (PY), contou-nos que nos 10 anos que mora na fronteira, a concebe

[13] Significações elaboradas nos processos civilizadores. Os estabelecidos seriam os grupos, ou os indivíduos do grupo que estão *dentro* de uma pretensa normalidade na lógica de produção vigente, o Capitalismo. Se encontram dentro/estabelecidos mediante o trabalho e a acumulação. Quem não trabalha, não consome, não produz, e não acumula é condicionado à posição de *outsider* (GOETTERT, 2012).

como um lugar tranquilo, travando relações no nível local-internacional com Aral Moreira, cidade onde todos se conhecem. Como mora no Paraguai e estuda no Brasil, migra pendularmente para Aral Moreira, onde também encontra os amigos e frequenta outros espaços. Disse-nos que também viaja a Pedro Juan Caballero para consultas médicas e compras, estendendo o nível de suas relações, para o regional. Um último ponto interessante foi sua resposta sobre uma imagem ou objeto relacionado à fronteira: Mapa[14]. Em um primeiro momento, definiu a fronteira como um "espaço aberto", em outro, tentando, talvez, significar materialmente esta definição, apontou o mapa como imagem/objeto relacionada à fronteira.

Não obstante Aral Moreira ser uma pequena cidade encravada na fronteira Brasil X Paraguai, com um ritmo (espaço-temporal) que difere consideravelmente de Ponta Porã, mostrou-se prenhe de inúmeros territórios, e de inúmeras fronteiras, revelando dinâmicas que animam e dão vida ao espaço fronteiriço, observado no dia 08 de Agosto.

4 Em Coronel Sapucaia/Capitan Bado

No dia 09 de Agosto, saímos de Aral Moreira rumo a Coronel Sapucaia, percorrendo um trajeto que se desenrolava paralelamente à linha internacional. Pelo percurso, observávamos uma paisagem rural permeada de algumas pequenas propriedades e outras grandes fazendas agrícolas, pecuaristas, de extração, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio – para o modo de produção vigente no campo, nesse sentido, é perceptível não haver uma fronteira (como limite).

Ao lado da estrada apareciam os marcos de concreto, marcando o limite/divisão entre Brasil e Paraguai. Pensando novamente na formação geomorfológica observada em Aral Moreira, como um limite natural, de fácil apreensão, utilizado/significado como marco natural entre dois territórios, ou mesmo no caso do Rio Apa a marcar o limite entre Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY), podemos intuir que na falta de um elemento natural para marcar o limite, estabelecem-se marcos artificiais.

Em certo ponto a estrada se bifurca, um lado correndo para o Brasil o outro para o Paraguai, separadas por uma pequena faixa de terra, bem na linha internacional. Num trecho da estrada, encontramos uma casa, que chamou a atenção pela simplicidade, e por sua localização, no estreito desta faixa de terra. Ali vivia uma pequena família, na fronteira de dois ter-

[14] Resgatando algumas ideias de Claude Rafesttin (1993): "[...] desde que o homem surgiu, as noções de limites e fronteiras evoluíram consideravelmente [...]" (p. 165) Com o advento do Estado moderno e sua soberania sobre uma porção do espaço geográfico, tornou-se a fronteira, um limite sagrado. Com o surgimento e a vulgarização dos *mapas*, a fronteira é representada em signos/sinais. "O Mapa é instrumento ideal para definir e demarcar fronteiras" (p. 167).

ritórios, mas também nas margens das fronteiras de grandes propriedades privadas dos dois lados. Neste "pequeno território", base fundamental para suas relações de vivência (em aproximação a Haesbaert, 2010), verificou-se um contraste interessante: os dois lados da fronteira estabelecendo uma relação comercial com a terra, com pecuária e agricultura, e no entremeio, como um marco isolado em um campo tomado por relações capitalistas, uma plantação de subsistência com mandioca, abacaxi, banana, entre outros, donde a família tirava parte dos alimentos de que necessitava.

Dando continuidade, ainda pela manhã, alcançamos Coronel Sapucaia, observando primeiramente, na paisagem urbana da cidade, a fronteira internacional. Assim como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Coronel Sapucaia e Capitan Bado são delimitadas/separadas por uma avenida. De um o Paraguai, do outro o Brasil. A cidade de Coronel Sapucaia, ao contrário de Aral Moreira, estabelece relações de proximidades com o Paraguai, formando uma pequena conurbação com Capitan Bado.

Iniciamos o roteiro por uma Escola Estadual do município. Cumprindo a proposta de dialogar com habitantes da fronteira, conversamos com alunos da instituição. Nossa entrevistada, moradora de Coronel Sapucaia, de 16 anos, solteira, nos contou que concebe a fronteira como um "espaço normal" em comparação a outras cidades fora da linha internacional, definindo também como "normal" o "morar na fronteira". Segundo ela, "Coronel Sapucaia é uma cidade pequena, mas muito boa", onde estabelecem-se relações familiares e de amizades. Contou-nos também, que tem amigos em Capitan Bado, migrando para o "lado de lá" para visitá-los e para eventuais compras e festas, numa relação local-internacional. Para ela, as distinções de brasileiros e paraguaios são concebidas mais no aspecto cultural, apontando-nos serem os dois povos trabalhadores.

Fechando esse diálogo, podemos destacar que a entrevistada não considera a fronteira um lugar violento, lembrando uma fala do representante do Poder Público de Aral Moreira, "nós é que fazemos o lugar", quando se referia também à violência. De fato, somos nós que construímos territorialidades, por meio das "mediações espaciais que nos proporcionem nossa reprodução enquanto [indivíduos ou] grupos sociais" (HAESBAERT, 2010, 97), deste modo, as territorialidades de nossa entrevistada não cruzam com os "territórios da violência", fundados estes, segundo Oliveira (2005), no plantio e comercialização da *cannabis sativa*, e em seu efetivo tráfico e policiamento. Também, na condição de visitantes, não cruzamos com estes territórios. O que verificamos, foi outra imagem de Coronel Sapucaia, passada a nós, sobretu-

do pelo Poder Público Municipal, de uma cidade como qualquer outra, com ações de violência ligadas a habitantes de fora.

Após este diálogo, estabelecemos outro, dirigimo-nos para a prefeitura de Cel. Sapucaia e iniciamos uma conversa com representantes do Poder Público Municipal, a secretária de educação de Coronel Sapucaia, e uma representante do Poder Público da cidade paraguaia vizinha. Os primeiros temas levantados referiam-se às dificuldades e desafios enfrentados pelo Poder Público.

Sobre as dificuldades, apontaram ser a localização geográfica o principal fator, pela distância de outras localidades, pela falta de pavimentação das estradas da região – qual se fosse implementada, possibilitaria uma articulação mais dinâmica da cidade com outras localidades. Segundo um representante do Poder Público, se o asfalto chegar à cidade vizinha, possibilitará modificar a condição de cidades "fim de linha", passando Cel. Sapucaia e Capitan Bado ao *status* de "cidades corredores", o que favoreceria o desenvolvimento econômico das localidades.

Outro fator seria relativo à demografia do município. Segundo outro representante do Poder Público, os brasileiros migram para o Paraguai, pois lá encontram uma terra bastante propícia para o cultivo. Moram (em torno de 3.500 brasileiros) e trabalham no Paraguai, mas buscam os serviços públicos no Brasil. Destarte, Cel. Sapucaia, com população girando em torno de 15.000 hab, tem um índice de prontuários médicos em torno de 50.000. Resumindo sua fala: "você não tem população, mas você tem população"; o município apresenta um quantitativo populacional dos que moram em seu território, e outro mais elevado somando-se os habitantes do outro lado da fronteira, dos que buscam serviços públicos no Brasil. Sobre este mesmo ponto, o vereador argumentou que o IBGE deveria registrar o censo de fronteira pelos atendimentos nas escolas, postos de saúde, hospitais, destinando, assim, os devidos recursos para as cidades fronteiriças.

Sobre as dificuldades e desafios relativos à educação, a secretária do município argumentou que não há problemas quanto à destinação de verbas para o sistema de ensino municipal, pois os alunos paraguaios são brasileiros por direito, pois possuem documentos no Brasil. Sendo assim, são registrados, e os recursos são repassados. Sobre o transporte escolar dos alunos paraguaios, nos disseram que o ônibus circula normalmente no Paraguai, por linhas definidas, não ultrapassando um limite estabelecido, sendo prestadas todas as contas quanto ao combustível.

As principais problemáticas são relativas aos alunos das séries iniciais. O pequeno estrangeiro que se anuncia e denuncia pela fala (Goettert, 2013), por dominar outra língua (geralmente o Guarani), tem muita dificuldade no diálogo tanto com o professor – o que torna mais difícil o processo de ensino-aprendizagem –, quanto com seus colegas, o que acaba reprimindo suas interações sociais dentro de sala de aula. Sobre este ponto, perguntamos-lhes se há algum projeto de capacitação para os professores, visando aproximar a relação com os pequeninos. A resposta foi que houve na gestão passada um curso de língua Guarani, e que pretendem oferece-lo novamente nesta gestão.

Atualmente, são uns 1.500 alunos paraguaios que estudam em Cel. Sapucaia. Todo este fluxo migratório tende a causar o esvaziamento dos alunos em Capitan Bado, o que acarreta problemas. A representante do Poder Público da cidade paraguaia nos disse que os professores estavam exercendo apenas funções administrativas nas escolas, pois não havia alunos suficientes para trabalhar em sala de aula. Alegou, também, que eles não poderiam exigir que os alunos paraguaios estudassem lá, para tal, deveriam fornecer uma gama de aparatos, desde merenda, até materiais escolares e uniformes, que os alunos buscam nas escolas brasileiras. O Governo paraguaio não podendo subsidiar estes custos, não nega a migração destes alunos para o Brasil. Como solução, os alunos estudam um período no Brasil e outro no Paraguai. É interessante notar que tal ponto, da migração pendular/diária para as escolas do Brasil, se deu nas três cidades visitadas.

Quanto às relações bilaterais entre Cel. Sapucaia e Capitan Bado, disseram-nos que as mesmas são fundadas no companheirismo – uma cidade ajudando a outra. Os habitantes das duas cidades tem este laço – se não familiar, de amizade – com o outro lado. Na esfera política, há empréstimos de maquinários para obras, ambulâncias; o corpo de bombeiros (que recebem ajuda de voluntários, trabalhando em condições mínimas) de Capitan Bado atende as urgências de Cel. Sapucaia; há acordos entre os Poderes Públicos para o deslocamento dos estudantes de graduação para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, também ocorrem parcerias para manutenção de estradas.

Nossos anfitriões alegaram haver um descaso quanto às fronteiras por parte do Governo Estadual, faltam investimentos e projetos para Cel. Sapucaia. Visando sanar/amenizar suas deficiências estabelecem relações internacionais com Capitan Bado, numa ajuda recíproca. Apesar destas relações formais, a nível local, depreendem-se outras, como argumenta Oliveira:

> É muito comum trabalhadores de um lado da fronteira serem utilizados do outro lado, sem o mínimo de formalismo, com salários muito abaixo do praticado; consequentemente, termina por disponibilizar os trabalhadores nesta condição, ao trabalho não apenas funcional, mas ilícito (2005, p. 387).

Sobre este ponto, a representante do Poder Público de Capitan Bado, respondendo a uma interpelação sobre o trabalho clandestino/informal, disse-nos que a municipalidade não dispõe de uma secretaria do trabalho, por isso fica difícil a fiscalização. Esta relação de proximidade das duas cidades possibilita a contratação de mão-de-obra barata, dos dois lados da fronteira.

Na parte da tarde, cruzamos a fronteira internacional, assumindo novamente a condição de estrangeiros, adentramos na Prefeitura de Capitan Bado, onde fomos recebidos por representantes do Poder Público, estando presentes também o secretário e a coordenadora geral da Municipalidade.

Um dos pontos levantados foi sobre as relações bilaterais entre as cidades gêmeas. Argumentou-se que há parcerias com a prefeitura de Cel. Sapucaia, na implementação de obras nas estradas, na utilização de maquinários, e que pretendem ampliar para educação, saúde, lazer, reforma urbana. Como já expomos, quando nos referíamos a Cel. Sapucaia o corpo de bombeiros paraguaio ajuda quando necessário, há empréstimos de ambulâncias, acordos para o transporte dos alunos para Ponta Porã/Pedro Juan. Mesmo que incipientes, ações locais são estabelecidas entre as cidades.

Uma das principais problemáticas levantadas no diálogo referia-se às drogas e ao narcotráfico. Uma fala que ficou marcada, quanto à produção da maconha, foi: "Nós produzimos, e vocês consomem". De fato, segundo Oliveira, o plantio é "feito por pequenos produtores associados à produção de subsistência" (2005, p. 401) e escoado para os grandes centros consumidores próximos, no Brasil. Não obstante as territorialidades tecidas pelo narcotráfico extrapolarem para relações transnacionais (em aproximação a Goettert, 2013), implicam em problemas na escala local, principalmente nas cidades próximas ao local de produção. Não raro, foi a alegação quanto aos jovens que entram mais cedo no narcotráfico, concebendo uma forma fácil de ganhar dinheiro. Para o representante do Poder Público, há necessidade de se criar mais políticas sociais principalmente no setor educacional, visando impedir a entrada dos jovens neste ramo.

Quanto às políticas educacionais visando manter o aluno paraguaio estudando em Capitan Bado, contou-nos que em 2011 foi implantado um projeto nas escolas, onde os alunos recebiam merenda e almoço, assim como uma mochila com materiais necessários para o pro-

cesso ensino-aprendizagem. O resultado foi que 60% dos alunos que estudavam no Brasil passaram a estudar também no Paraguai. Para atrair o estudante do país vizinho para Capitan Bado, o Intendente argumentou que estão tentando trazer uma unidade da Universidad Nacional para a cidade, possibilitando um maior intercâmbio de alunos brasileiros.

Um ponto interessante levantado durante o diálogo é relativo ao recolhimento tributário no Paraguai. No país o "cidadão comum" não paga imposto, alguns não pagam nem mesmo energia. Nosso anfitrião disse-nos que as principais receitas do país provêm dos *royalties* da Itaipu, e da aduana paraguaia. Sobre os imóveis o imposto é baixíssimo, os proprietários rurais não pagam impostos. Os brasileiros que migram para lá concebem este atrativo fiscal, para aqueles que visam o valor de troca da terra urbana, tal espaço é muito lucrativo, e podem ganhar muito com a especulação imobiliária, relegando a parcela da população com menor poder aquisitivo aos territórios periféricos da cidade.

Os fazendeiros (brasileiros), num mesmo processo desterritorializador, avançam suas propriedades sobre os territórios dos pequenos proprietários paraguaios, e mesmo de brasileiros que tornaram ao Brasil na condição de brasiguaios, assim como relegam os indígenas à busca/luta por *tekoha* no Brasil. Frente à territorialização dos grandes proprietários brasileiros (segundo o representante do Poder Público de Capitan Bado, 99% dos proprietários são brasileiros) em território paraguaio, estas minorias são conduzidas a um processo de des-re-territorialização (em aproximação com Haesbaert, 2010).

Não raro, essa lógica se dá por meio do uso da força. Respondendo a uma interpelação sobre o uso de policiais paraguaios para expulsão de seus conterrâneos e também de brasiguaios do Paraguai, nos disseram que essa era uma prática recorrente no país. Segundo as informações a apropriação do título era fácil: o proprietário pagava ao órgão responsável, e este, com auxílio de um mapa, criava rasuras sobre pequenas propriedades já existentes, sobrepondo um território a outro[15], desapropriando com auxílio da polícia paraguaia.

Um último ponto a destacar é sobre o conflito bélico envolvendo a Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, o qual conhecemos por "Guerra do Paraguai", denominação que dá a entender que a guerra foi causada pelo Paraguai. Porém, a história é contada de várias formas, e temos que nos desviar do "perigo da história única"[16], evitando cair em discursos ideológicos produzidos pelos interesses dominantes. Uma outra forma de contar a Guerra nos foi pos-

[15] Fato interessante, destacado na fala do representante do Poder Público de Capitan Bado, é que o Paraguai pelos processos de compra desenfreada de terras, tem mais extensão no papel que em seu território real.
[16] Veja-se: *Chimamanda Adichie: O perigo da história única*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>

sibilitada, por meio de uma outra concepção, sob outra perspectiva. O representante do Poder Público de Capitan Bado – apaixonado por história, principalmente pela Guerra, como se definiu – nos contou de outro modo os acontecimentos da Guerra Guasú, como eles conhecem o conflito. Para não estender considerações, não nos ateremos a descrever sua narrativa, mas podemos destacar seus apontamentos das consequências da Guerra: dizimação da população masculina do país, escassez de alimento e muitos mortos por fome, divisão territorial do Paraguai entre o Brasil e Argentina. Até hoje, argumentou nosso anfitrião, o Paraguai tenta se estabelecer/estabilizar, as consequências da Guerra pesaram muito em sua estrutura econômica, demográfica e social.

Sob uma perspectiva geográfica, a Guerra teve forte papel desterritorializador. Segundo informou-nos, parte da população civil partiu num processo de migração para afastar-se/escapar das atrocidades do conflito, tentando estabelecer-se em territórios precários para manter sua sobrevivência. Temos de atentar também para os grupos indígenas que, para se afastar das áreas em conflito, migraram para outros territórios, e ao retornarem viram seus espaços apropriados por proprietários rurais[17].

Findando o diálogo com os representantes do Poder Público de Capitan Bado, deixamos o território paraguaio. Tornamos ao território brasileiro, mas estávamos desterritorializados, pois nossa maneira de conceber a fronteira diferia daquela que tínhamos no início da viagem de campo, assim como afirma Rogério Haesbaert dialogando com as ideias de Deleuze e Guattari: "o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro" (2010, p. 130). Desterritorializamos, nesse sentido, concepções/territórios existentes e tornamos imbuídos de outras significações/definições/apreensões sobre a fronteira Brasil/Paraguai.

5 Considerações finais

"[...] em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites." (RAFFESTIN, 1993, p. 164)

Assim, cada chão que pisamos, cada pessoa que encontramos, cada diálogo que estabelecemos, traçamos ou esbarramos em limites. A todo momento, durante nossas observações, chocávamo-nos ou esbarrávamo-nos em fronteiras. A começar pela linha internacional,

[17] Sousa (2007) argumenta que os Kinikinau (sub-grupo do povo Chané ou Guaná) – que se estabeleceram (em dois grupamentos), antes da Guerra do Paraguai, em porções dos atuais municípios de Corumbá e Miranda – migraram para a Serra de Maracaju, com intuito de afastarem-se do conflito.

delimitando dois Estados-Nações (Brasil e Paraguai), dando significações ao nacional e ao estrangeiro, identificações: brasileiros e paraguaios.

Tomando como exemplo ainda a fronteira internacional, pudemos perceber que neste espaço os fluxos/movimentos são intensos, lembrando a conceituação de Oliveira (2005) "um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade de ser transposto"; são brasileiros que moram no Brasil e trabalham no Paraguai; são paraguaios que vem para cá empregar sua mão-de-obra informalmente, pois é mais barata; são brasileiros e paraguaios que moram no Paraguai e vem para o Brasil na busca de serviços públicos; são brasileiros que têm fazenda dos dois lados da fronteira, empregando uma mão-de-obra que migra de um lado a outro; são os Guarani-Kaiowá que migram para cá na expectativa de demarcações de terras; são os caminhos que os ilícitos fazem, saindo do Paraguai, transpondo a fronteira, e se encaminhando para os grandes centros consumidores.

Lembrando as ideias de Goettert (2013) que *outras margens ocorrem na margem da grande margem*, notamos também as fronteiras que se erguem para os Guarani-Kaiowá da região. A começar pela sua desterritorialização pelo estabelecimento dos Estados-Nações, com as rasuras que se impuseram a territórios tradicionais já estabelecidos (em aproximação a Haesbaert, 2010). Com a fronteira da propriedade privada estas comunidades também esbarram, assim como centenas de milhares de indivíduos que vivem (ou lutam para poder viver) no campo, cada vez mais territorializado por grandes produtores, e também nas cidades, onde o preço do solo urbano, cada vez mais valorizado, pela produção capitalista do espaço da cidade, relega populações a territórios periféricos das cidades. Não bastando estas fronteiras, como habitam tanto no Brasil quanto no Paraguai, os Guarani-Kaiowá migram para cá, em busca de delimitadas porções de terras, quiçá um dia demarcadas pelo Estado. Ultrapassam a fronteira internacional, que para eles esta não existe, e se deparam com outra fronteira fundamentada nos discursos de classes estabelecidas, que almejam coibir sua permanência nos esperados territórios.

Pudemos observar a fronteira, também no simples ato de falar, dos pequenos estrangeiros, que estudam em escolas brasileiras. Na língua que pronunciam a fronteira se faz entre o Português e o Guarani, quando muito esta é contornada com auxílio de um intermediador. Mas esta fronteira acaba por limitar o pequeno estrangeiro no processo de aprendizagem e interação com os "estabelecidos" (em aproximação a Goettert, 2012) da sala de aula.

Para delimitar este pequeno texto descritivo, e desenhar uma fronteira para seu território – que pode ser transposta pela inserção posterior de outras ideias, e/ou mesmo ressignifi-

cadas pelas diversas interpretações que pode suscitar – gostaríamos de apontar/destacar os principais "tipos de fronteira" apreendidos: fronteira internacional, a demarcar o limite entre dois Estados-Nações; fronteira agrícola, que extrapola os limites do Estado brasileiro; fronteira da propriedade privada, que segrega o direito de uso a espaços/territórios pela condição de seu preço; fronteira simbólica, que se estabelece entre o "eu" e o "outro", "brasileiros" e "paraguaios", "índios" e "não-índios". Algumas cartografadas, outras não; algumas, materiais, outras imateriais; algumas facilmente transpostas/ultrapassadas; outras bastante rígidas, intransponíveis.

6 Referências

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dourados, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18804> .

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007. p.17-88.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, pp. 13-52, 1996.

GOETTERT, Jones Dari. Fronteiras na fronteira**:** espaços híbridos e escalas (considerações breves). In: XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e V Encontro Regional de Geografia, 2013, Dourados. **Anais**. Dourados, 2013.

_____. Processo civilizador, fronteiras e figurações estabelecidos/outsiders. In: SARAT, Magda; SANTOS, Reinado dos (orgs). **Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 219-243.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da estratégia de contenção territorial à produção de mult/transterritorialidades de trânsito na fronteira entre Brasil e Paraguai. In: XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e V Encontro Regional de Geografia, 2013, Dourados. **Anais**. Dourados, 2013.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005. p.377-408.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Antonio Sousa. A retórica dos limites: notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, José Luiz de. **Da desterriorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, V. 8, n. 23, Edição Especial, p. 73-80, 2007. ISSN: 1678-6343. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewfile/10498/6256

VOLENOVÁ, Paula. O tribo Mbyá, o seu modo de ser e a sua mitologia. In: VOZDOVÁ, Marie; MÍCA, Slavmír; ZÁMEC, Radim (orgs). *Romanica XIX*. Membros del Departamento Rinden Homenaje al Profesor Jirí Cerný. Olomouc, Universitatis Palackianae Olomucensis, 2007. Disponível em: < http://www.upol.cz/fileadmin/user_upload/Veda/AUPO/AUPO_Philologica_93_Romanica_XIX.pdf#page=269 >. Acesso em: 10/09/2014.

Site:
http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/. Acesso em: 08/09/2014.